

22/11/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.842 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S)	: THIAGO LEONARDO LUNELLI
IMPTE.(S)	: FREDERICO WELLINGTON JORGE
COATOR(A/S)(ES)	: RELATOR DO HC Nº 142.600 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS – PREJUÍZO. Uma vez alcançado, no Superior Tribunal de Justiça, no julgamento de fundo de idêntica medida, o objetivo do *habeas*, tem-se o prejuízo do pedido formulado.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em julgar prejudicada a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pela Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 22 de novembro de 2011.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

22/11/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.842 SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACTE.(S) : THIAGO LEONARDO LUNELLI
IMPTE.(S) : FREDERICO WELLINGTON JORGE
COATOR(A/S)(ES) : RELATOR DO HC Nº 142.600 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, a título de relatório, as informações prestadas pela Assessoria:

Eis o teor da decisão mediante a qual Vossa Excelência deferiu a medida acauteladora (folha 266 a 270):

**PRISÃO PREVENTIVA –
RELAXAMENTO PELO JUÍZO –
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO – MANDADO
DE SEGURANÇA –
RESTABELECIMENTO DA CUSTÓDIA –
AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS –
IMPETRAÇÕES SUCESSIVAS –
LIMINAR INDEFERIDA NO SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – MEDIDA
ACAUTELADORA IMPLEMENTADA.**

1. Eis as informações prestadas pela Assessoria:

Vossa Excelência, às folhas 76 e 77, proferiu o seguinte despacho:

HABEAS CORPUS – INFORMAÇÕES.

HC 100.842 / SC

1. O Juízo de Direito da Vara Criminal, Infância e Juventude da Comarca de Jaraguá do Sul/SC recebeu a denúncia e, no mesmo ato, concedeu ao paciente o benefício da liberdade provisória, mediante compromisso de comparecer a todos os atos processuais, não mudar de endereço e não se ausentar da comarca onde reside, por mais de oito dias, sem comunicar previamente ao Poder Judiciário.

O Ministério Público estadual interpôs recurso em sentido estrito e, concomitantemente, impetrou mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça, visando à concessão de liminar no sentido de conferir efeito suspensivo ao recurso e, assim, obstar o cumprimento de eventual alvará de soltura expedido em favor do paciente. O Desembargador Sérgio Paladino deferiu o pedido (folhas 34 e 35). Cientificado da decisão cautelar, o Juízo Criminal determinou a expedição de mandado de prisão contra o paciente, ratificou o ato impugnado mediante o recurso em sentido estrito e, concluída a instrução, procedeu à remessa do processo ao Tribunal de Justiça.

A defesa formalizou pedido de *habeas* no Superior Tribunal de Justiça – *Habeas Corpus* nº 142.600 -, no sentido de cassar a liminar deferida no mandado de segurança acima mencionado e de conceder ao paciente a liberdade provisória. A medida acauteladora foi indeferida pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal no período das férias forenses (folhas

HC 100.842 / SC

28 e 29).

Esta impetração volta-se contra esse ato. A defesa sustenta estar presente a hipótese de relativização do enunciado do Verbete nº 691 da Súmula do Supremo, ante a ilegalidade de conceder efeito suspensivo a recurso que, por lei, não possui. Diz da ausência dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal para ordenar a prisão cautelar.

Pede o deferimento de liminar, revogando-se o efeito suspensivo concedido a recurso em sentido estrito, cassando-se o ato mediante o qual imposta a restrição à liberdade e determinando-se a expedição de salvo-conduto em favor do paciente. No mérito, pleiteia a confirmação da cautelar, ao menos até o julgamento do recurso interposto pelo Ministério Público estadual contra a decisão por meio da qual foi concedido o benefício ao réu.

2. O processo não está instruído com cópia do decreto de custódia preventiva, do mandado de prisão expedido e eventualmente cumprido. Não consta também notícia do atual estágio da Ação Penal nº 036.09.005610-3, em curso no Juízo de Direito da Vara Criminal, Infância e Juventude da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, do Recurso em Sentido Estrito nº 2009.054413-8 e do Mandado de Segurança nº 2009.035886-7, que tramitam no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. À míngua de elementos, não há como examinar o pedido de concessão de medida acauteladora.

HC 100.842 / SC

3. Oficiem ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e ao Juízo de Direito da Vara Criminal, Infância e Juventude da Comarca de Jaraguá do Sul/SC, para que prestem informações a respeito dos fatos noticiados na impetração e providenciem a remessa das peças mencionadas, necessárias ao exame do pedido nela formulado.

4. Ao paciente, para, querendo, antecipar-se quanto às providências.

5. Publiquem.

Brasília, 28 de setembro de 2009.

O impetrante, antecipando a notícia, requereu a juntada de cópia do mandado de prisão - expedido em virtude da concessão de efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público estadual -, de certidão do não cumprimento do mandado, bem assim de informações a respeito do atual estágio da tramitação do mandado de segurança e do recurso criminal. Quanto à ação penal, houve aditamento à denúncia, razão pela qual o Juízo de Direito da Vara Criminal Infância e Juventude da Comarca de Jaraguá do Sul/SC determinou a intimação dos acusados para apresentação de nova defesa preliminar. A documentação respectiva encontra-se à folha 84 à 260.

Consulta ao sítio do Superior Tribunal de Justiça, nesta data, revela que o *Habeas Corpus* nº

HC 100.842 / SC

142.600 está concluso, com parecer da Procuradoria Geral da República, desde 27 de outubro de 2009.

[...]

Brasília – residência –, 23 de novembro de 2009, às 16h05.

A Procuradoria Geral da República, no parecer de folha 288 a 290, pronuncia-se no sentido do não conhecimento do pedido formulado no *habeas*, tendo em vista o fato de a impetração voltar-se contra o indeferimento de medida liminar e o superveniente julgamento do recurso em sentido estrito.

Instado a prestar informações (folha 302), o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina noticiou a ocorrência do trânsito em julgado do acórdão proferido no recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público contra o ato mediante o qual foi deferida a liberdade provisória.

O paciente foi intimado a manifestar-se sobre o interesse no prosseguimento deste *habeas* (folha 326), fazendo-o positivamente (folha 328 a 333).

A autoridade apontada como coatora, por meio do telegrama de folha 335, comunicou que a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de 21 de junho de 2011, deferiu a ordem requerida em favor do paciente, assegurando-lhe o direito de permanecer em liberdade até o julgamento da ação penal, estendendo o efeito da decisão ao corréu Maicon José Correa.

Lancei visto no processo em 3 de novembro de 2011, liberando-o para ser julgado na Turma a partir de 22 seguinte, isso objetivando a ciência do impetrante.

É o relatório.

22/11/2011

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 100.842 SANTA CATARINA

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Este *habeas* foi impetrado contra pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça que implicou indeferimento de liminar. Então, implementei a medida acauteladora, consignando:

[...]

2. O Juízo, após reiteração de pedidos, acabou por relaxar a prisão preventiva. Na ocasião, consignou que o ora paciente não possui qualquer antecedente criminal e tem residência fixa bem como ocupação lícita. Estendeu a medida ao corréu Maicon José Correa por encontrar-se em idêntica situação (folha 51 a 54).

O Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito e adentrou a seara do mandado de segurança para lograr a eficácia suspensiva. O relator no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina veio a implementá-la e o fez mediante premissas que, por si sós, não revelam fundamento, não respaldam o ato. Serviriam para todo e qualquer processo. Confirmam com o que se contém, rotulado como despacho, às folhas 34 e 35:

A concessão da medida *initio litis (sic)* faz-se mister em face da presença do *fumus boni juris (sic)*, que decorre da patente violação dos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, normas que impedem a concessão do aludido benefício quando presentes os pressupostos e motivos para a custódia cautelar.

HC 100.842 / SC

Por outro lado, o *periculum in mora (sic)* emerge da possibilidade dos acusados, em liberdade, encontrarem estímulo para a reiteração da conduta criminosa, bem assim de frustrarem a futura aplicação da lei penal.

Impetrado *habeas* no Superior Tribunal de Justiça, a Presidência, em mais uma decisão genérica, indeferiu a medida acauteladora (folhas 28 e 29):

Não estão presentes os pressupostos autorizadores da medida liminar requerida. A concessão de tutela urgente, ainda que em sede de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante do *fumus boni iuris (sic)* e do *periculum in mora (sic)*.

No caso concreto, não se evidencia, estreme de dúvidas, a plausibilidade do direito vindicado, o que desautoriza esta Presidência, de forma prematura, a desconstituir o ato impugnado, que não se mostra, *prima facie (sic)*, desarrazoado ou carente de fundamentação.

O deslinde da controvérsia, ademais, em razão de sua complexidade, demanda o aprofundamento do exame do próprio mérito da impetração, tarefa insuscetível de ser realizada em juízo singular e prelibatório. Reserva-se, portanto, ao Juiz natural, depois da instrução do feito, a apreciação definitiva da matéria.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Conclui-se que pronunciamento do Juízo devidamente fundamentado foi substituído, na via estreita do mandado de segurança, pelo do relator no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, do qual não consta uma linha a demonstrar o motivo por que o ato primeiro teria acarretado ofensa à ordem jurídica. O acesso ao Superior Tribunal de Justiça não implicou correção

HC 100.842 / SC

de rumos. Na Corte, também veio à balha decisão que não atende à exigência constitucional — garantia do cidadão — de serem devidamente fundamentados os atos judiciais.

A cláusula inscrita na Carta Federal surge com valor maior quando se faz em jogo a liberdade de ir e vir, com antecipação de custódia que, de início, deve resultar da execução de pena imposta. A regra é ter-se a prisão preventiva como excepcional. A regra é julgar-se para, posteriormente, prender-se. Não cabe a inversão genérica de valores.

Entendo extravagante o quadro retratado, a ditar providência do Supremo, última trincheira do cidadão.

A esta altura, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça já concedeu a ordem, assegurando ao paciente, com extensão ao corréu, o direito de permanecer em liberdade. Declaro o prejuízo da impetração. É como voto.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 100.842

PROCED. : SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S) : THIAGO LEONARDO LUNELLI

IMPTE.(S) : FREDERICO WELLINGTON JORGE

COATOR(A/S) (ES) : RELATOR DO HC Nº 142.600 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma julgou prejudicada a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 22.11.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.

Carmen Lilian
Coordenadora